

Impactos da violência doméstica no desenvolvimento infantil e adolescente

Jéssica Samara de Albuquerque Ferreira

Jéssica Vila Verde Barbosa

Margareth Regina Gomes Veríssimo de Faria

Centro Universitário de Anápolis – UniEVANGÉLICA

Nota dos Autores

Jéssica Samara de Albuquerque Ferreira, discente do curso de bacharelado em Psicologia do Centro Universitário de Anápolis – UniEVANGÉLICA;

Jéssica Vila Verde Barbosa, discente do curso de bacharelado em Psicologia do Centro Universitário de Anápolis – UniEVANGÉLICA;

Margareth Regina G. Veríssimo de Faria, pós-doutora em Psicologia pela Universidade de São Paulo (USP), docente do curso de graduação em Psicologia no Centro Universitário de Anápolis – UniEVANGÉLICA e Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC)

IMPACTOS DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Resumo

A violência contra crianças e adolescentes abrange desde maus tratos físicos e psicológicos, à abuso sexual e todos os tipos de negligência, no Brasil sobretudo nas últimas décadas, quando se fala no público infanto-juvenil e violência, o tema rapidamente, ganha visibilidade. O presente artigo trata-se de uma revisão bibliográfica com o objetivo de identificar os estudos sobre o impacto da violência doméstica no desenvolvimento humano das crianças e adolescentes. O acervo final foi de 06 artigos incluídos, entre 2015 e 2019, e evidencia influência da violência doméstica no desenvolvimento da infância e adolescência a curto e longo prazo. Os resultados indicaram algumas consistências em relação à literatura referenciada; entre estes, o que aponta a família como principal meio natural e simbólico de construção do indivíduo e modulação do comportamento. A psicologia neste contexto, surge como apoio social tanto para os jovens vitimados quanto para a família, no qual pode trabalhar medidas protetivas, diversas estratégias metodológicas efetivas de enfrentamento, promoção da resiliência, desenvolvimento de habilidades sociais e capacidade do indivíduo produzir respostas saudáveis a violência doméstica e suas consequências.

Palavra-chave: violência doméstica, impacto, desenvolvimento, infanto-juvenil

Abstract

Violence against child and adolescent ranges from physical and psychological to sexual abuse and all types of neglect. In Brazil, especially in the last decades, when the children and youth are talked about, the matter quickly gains visibility. This article is a bibliographical review, that aims to identify studies on the impact of domestic violence on human development of children and adolescents. Six articles were included in the final collection, between 2015 and 2019, and shows influence of domestic violence on the development of children and adolescents in the short and long term. The results indicated some consistencies when related to the referenced literature, among these, the one which points to the family as the main natural and symbolic mean to individual development and behavioral modulation. Psychology in this context, emerges as social support both to young victims and family, in which may consider protectives measures, several effective coping strategies, promotion of resilience, development of social skills and the individual capability to produce healthy responses to domestic violence and its consequences.

Keywords: domestic violence, impact, development, children and youth

IMPACTOS DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Introdução

A violência doméstica sempre fez parte da história da humanidade e atualmente ocupa o lugar de um grave problema de saúde pública no Brasil. Aquela se apresenta como a principal causa de morte a partir dos 5 anos de idade (Margarido, Próspero & Grillo, 2013). A violência contra crianças e adolescentes abrange os maus-tratos físicos e emocionais, o abuso sexual e a negligência física que incluem a não prestação de cuidados médicos básicos, falta de alimentação adequada e de higiene, negligência com privação de afeto e suporte emocional necessários ao desenvolvimento pleno e harmonioso e negligência educacional, que é a falta de condições para a formação intelectual e moral daquele. No caso de lactentes e crianças pequenas, a violência assume principalmente a forma de maus-tratos nas mãos do pai, das mães, cuidadores e outras figuras de autoridade. À medida que as crianças crescem, também se tornam comuns a violência entre os colegas e a violência nas relações íntimas — *bullying*, brigas, violência sexual e agressão física, muitas vezes com armas de fogo e armas brancas.

O homicídio é uma das cinco principais causas de morte de adolescentes. Apesar da alta prevalência, muitas vezes esse tipo de violência é ocultado, passa despercebido ou não é denunciado OPAS (Organização Pan-Americana da Saúde, 2017).

No Brasil, sobretudo nas duas últimas décadas, não se pode falar de crianças e adolescentes sem que o tema da violência aflore, indicando serem esses dois grupos os mais expostos e vulneráveis a sofrerem violações dos direitos da infância e juventude, ao serem negligenciados por seus familiares e a sociedade como um todo, afetando, direta e indiretamente, a saúde física, mental e emocional daqueles. Estudos epidemiológicos e sociológicos têm mostrado que, frequentemente, as crianças são vítimas da violência doméstica desde o nascimento. É, porém, principalmente, na fase da adolescência que essa questão desponta como crucial (Souza & Jorge, 2006).

A cada sete minutos, em algum lugar do mundo, uma criança ou um adolescente, entre 10 e 19 anos, é morta/o, seja como vítima de homicídio ou por alguma forma de conflito armado ou violência coletiva. Em outras palavras, é qualquer tipo de violência cometida por grupos de indivíduos ou por Estado. Fala-se em violência coletiva quando se produz uma pauta social, como por exemplo, morte nas ruas por polícias, violência de gangues, milícias e racismo estrutural.

Somente em 2015, a violência vitimou mais de 82 mil meninos e meninas nessa faixa etária citada acima - 24,5 mil dessas mortes aconteceram na região da Comunidade de Estados Latino-americanos e Caribenhos (Celac) United Nations Children's Fund (Unicef), 2017. Entre

IMPACTOS DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

1995 e 2005, a redução da mortalidade infantil permitiu que, através de políticas públicas, diminuísse a morte de 239 mil crianças por causas evitáveis. Infelizmente, porém, parte destas crianças não chegou à idade adulta. Na década seguinte (2006 a 2015), cerca de 100 mil adolescentes foram vítimas de homicídios em território nacional. A cada dia, 31 adolescentes, de 10 a 19 anos, são mortos no país (Unicef, 2016). Segundo pesquisa do Índice de Homicídios na Adolescência (IHA), a taxa de homicídios de adolescentes é mais alta do que a da população em geral, ou seja, no Brasil, é mais perigoso ser adolescente do que adulto. E o fato de ser negro aumenta em três vezes o risco de ser assassinado IHA (Índice de Homicídios na Adolescência) 2014.

O estudo mais recente feito pela Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) sobre violência no ambiente familiar estima que até um bilhão de crianças sofreram violência física, sexual ou psicológica no ano de 2016 (OPAS, 2017). A partir desses dados, observa-se que o índice de violência contra crianças e adolescentes tem aumentado ao longo dos anos, sendo estes cada vez mais vulneráveis ao risco dessas agressões. Em 1996, a Quadragésima Nona Assembleia Mundial de Saúde (AMS) adotou a Resolução WHA 49.25 que declara a violência, seja ela qual for, sendo um dos principais problemas de saúde pública e foi solicitado à organização Mundial da Saúde (OMS) o desenvolvimento de uma tipologia que definisse as diferentes categorias dos tipos de violência, assim como os vínculos entre agressor e a criança e o adolescente. Na resolução, a Assembleia chamou a atenção para as sérias consequências dessa situação social – a curto e a longo prazo – para indivíduos, famílias, comunidades e países - WHO (World Health Organization, 1996).

A OMS define violência como: o uso intencional da força física ou do poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha grande possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação (WHO, 1996). Além da definição de violência, a OMS estabelece uma tipologia de três grandes grupos segundo quem comete o ato violento: violência contra si mesmo (autoprovocada ou auto infligida); violência interpessoal (doméstica e comunitária) e violência coletiva (grupos políticos, organizações terroristas, milícias).

A violência doméstica/intrafamiliar, que é a que ocorre entre os parceiros íntimos e entre os membros da família, principalmente no ambiente da casa, mas não unicamente, é toda ação ou omissão que prejudique o bem-estar, a integridade física, psicológica ou a liberdade e o direito ao pleno desenvolvimento da criança e adolescente. Pode ser cometida dentro ou fora de casa por algum membro da família, incluindo pessoas que passam a assumir função parental, ainda que sem laços de consanguinidade, e que tenha relação de poder. A violência

IMPACTOS DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

doméstica/intrafamiliar não se refere apenas ao espaço físico onde a violência ocorre, mas também às relações em que se a constrói e se a efetua (OMS, 2002).

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) foi criado em 13 de julho de 1990, através da Lei 8.069, a fim de garantir a proteção integral desses menores. O ECA assegura, no Art. 7º, que a criança e o adolescente têm direito à proteção, à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência (ECA, 1990).

A violência infanto-juvenil, de acordo com o ECA, como consta no Art.18-A (Incluído pela Lei nº 13.010, de 2014), seria o uso de castigo físico ou de tratamento cruel ou degradante, como formas de correção, disciplina, educação ou qualquer outro pretexto pelos pais, pelos integrantes da família ampliada, pelos responsáveis, pelos agentes públicos executores de medidas socioeducativas ou por qualquer pessoa encarregada de cuidar destes menores, tratá-los, educá-los ou protegê-los, seria atitudes que resulte em: sofrimento físico, lesão, tratamento cruel ou degradante - conduta ou forma cruel de tratamento em relação à criança ou ao adolescente que humilhe, ameace gravemente ou ridicularize (ECA, 2014).

Diariamente a sociedade é bombardeada, porém, com notícias numerosas de crianças e adolescentes vítimas de violência no seio familiar com extremas barbárie, mesmo com todas as resoluções, as recomendações e as leis que normatizam e consolidam o cuidado e segurança à criança e ao adolescente, violações de direito e impunidade desses autores frente à gravidade do problema. Posto que ainda se pode observar o quanto a violência está intrínseca em meio à sociedade de maneira naturalizada por primórdios culturais nos quais estas instituições familiares não percebem os resultados desta violência a longo prazo.

Faria (2015) propõe que a violência, a vitimização e a revitimização podem ter impactos drásticos na vida de crianças e adolescentes. Quando se tem o contato com a violência, vivenciando-a ou presenciando-a, há uma tendência de reprodução de relacionamentos violentos agressivos. A violência torna as vítimas vulneráveis para violências posteriores, ademais, podem desencadear aspectos psicopatológicos na saúde mental (Faria, 2015).

Sendo assim, este estudo partiu do pressuposto da vivência e experiência do contexto de violência doméstica a impactar de maneira negativa ao longo do desenvolvimento da infância e adolescência da vítima, além de causar danos psicológicos à saúde mental com reflexo direto no comportamento desta.

Por tudo isso, este estudo pretende investigar, através de uma revisão minuciosa da literatura, estudos que mostrem o quão significativo é abordar a temática dos impactos da violência doméstica no desenvolvimento de crianças e adolescentes para que medidas

IMPACTOS DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

interventivas futuras possam ser adotadas, visto que a violência doméstica atualmente se tornou um preocupante problema de saúde pública pela OMS ao que tange a formação do indivíduo.

Nesta pesquisa foi delimitada acerca da manutenção da violência doméstica no desenvolvimento das crianças e adolescentes a longo prazo. É notada que a violência nesta faixa etária tem aumentado de maneira alarmante, isso de acordo com as pesquisas do mapa da violência, certificada a enorme concentração de mortes entre os jovens, com alta nos 20 anos de idade, quando os homicídios por arma de fogo chegam a marca de 67,4 mortes por 100 mil jovens. O ponto crucial, porém, se inicia a partir dos 13 anos de idade, quando as taxas desenvolvem uma pesada espiral, passando de 1,1 homicídios por arma de fogo, nos 12 anos, para 4,0, nos 13 anos, quadruplicando a incidência da letalidade e crescendo de forma contínua até os 20 anos de idade. (Mapa da Violência, 2016).

Diante destes fatos, foram pesquisados os prejuízos advindos dos ambientes violentos, que estes vão gerar no processo de desenvolvimento físico e psíquico infanto-juvenil, nos quais podem afetar a saúde mental a longo prazo, causando danos no desempenho escolar, criação de vínculos, adaptação social e desenvolvimento orgânico das vítimas violentadas. Dessa forma, foi possível ver a importância de um protocolo em âmbito geral para identificar o comprometimento psíquico, as consequências - a curto e a longo prazo -, as possibilidades de diminuir esses prejuízos com fatores protetivos, apoio social e orientação de profissionais que possam ajudar nesse processo.

A pesquisa nesse trabalho acadêmico possibilita obter um amplo entendimento sobre a violência intrafamiliar poder estar associada à geração de transtornos de personalidade, comportamento agressivos e antissocial, afetando diretamente a idade posterior a esta fase, o enfrentamento de vida. Nesse cenário de violência intrafamiliar, observa-se que os fatores influenciadores deste ambiente são diversos, por formar um constante ciclo de prejuízos e danos no contexto biopsicossocial das crianças e adolescentes, posteriormente resultando em um problema de saúde pública. Visto que essas crianças serão os adultos do futuro, que provavelmente estarão com um comprometimento em algum âmbito de sua vida.

A importância desse estudo também corrobora com o quanto é necessário falar sobre a saúde mental desses jovens frente aos números crescentes de mortes nos últimos anos por resultado de violência doméstica e outros fatores como suicídio, envolvimento com crime e acidentes trazidos pelo mapa da violência no ano de 2016. Estima-se um aumento gradual e enorme concentração de mortalidade de jovens (Mapa da Violência, 2016). Sendo assim, é justa a colaboração da psicologia para a implementação de instrumentos capazes de avaliar,

IMPACTOS DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

conscientizar e prevenir as demandas advindas do contexto violento e promover qualidade de vida às vítimas em todas as áreas deste desenvolvimento.

De acordo com a OMS, a violência intrafamiliar - também chamada de violência doméstica - diz respeito aos conflitos familiares transformados em intolerância, abusos e opressão. Há muitas manifestações nesta dinâmica familiar, as mais comuns são as que submetem as mulheres, crianças e idosos à autoridade do pai, marido e provedor. Também colocam as crianças e jovens sob o domínio (ao invés da proteção) dos adultos (Toledo, 2013).

Diante desse contexto, as crianças e adolescentes são expostas/os a um ambiente tóxico que tende por moldar os princípios destes jovens ao longo do desenvolvimento biopsicossocial, quando a violência é cultural dentro da família. Ainda que tenha uma legislação específica para a tutela das crianças e adolescentes no Brasil, o número de violência infanto-juvenil só aumenta e ocasiona uma preocupação mundial, evidenciada pelos dados apresentados pela UNICEF, mediante dados de 2015, enviados à OMS nos últimos tempos. Comparando com mais de 100 países, o Brasil se situa na 5ª posição, podendo comprovar a importância da situação (UNICEF, 2017).

Ao pesquisar o assunto dos prejuízos da violência no ambiente familiar, percebe-se a necessidade de medidas rápidas por uma equipe multiprofissional (psicólogos, assistentes sociais, juízes da vara da infância e adolescência, entre outros), que possam ajudar no combate à violência doméstica, e quão importante faz os estudos que cada vez mostram as consequências desses ciclos sociais dentro do convívio em sociedade. A importância de medidas de enfrentamento, de conscientização e medidas protetivas teriam resultados positivos no desenvolvimento e construção social, pensando na saúde destas crianças e adolescentes, diminuindo a reprodução de comportamentos tóxicos.

Desta maneira, de que forma essa temática tem sido assistida por estudos da psicologia? Qual o impacto na saúde mental de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social e para o desenvolvimento destes? É possível ver em âmbito nacional essas consequências? E se de fato foram esses pontos do contexto de violência doméstica que desencadeou problemas psíquicos? Como a psicologia pode trabalhar, na prevenção, para erradicar essa problemática?

Ao pesquisar sobre o tema em *sites* científicos, estes mostraram como a violência, em contexto geral, são fatores de grande influência na formação do indivíduo desde a infância, e a adolescência e, por conseguinte, aquela tem resultados na fase adulta pelo comportamento social. Também foi possível identificar que estes estudos nos *sites* já vêm sendo enfatizados há alguns anos com grande amplitude do assunto. No Brasil, no entanto, ainda é falho o

IMPACTOS DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

levantamento de dados estatísticos e políticas públicas que priorizem a saúde mental dos jovens - vítimas da violência social e familiar. Outro fator observado foi que os estudos nos *sites*, por vezes, são realizados por outras áreas profissionais, por exemplo: profissionais da enfermagem da assistência social e direito, e pouco explorado pelos profissionais da psicologia. Diante da prevalência desse problema enfrentado - a violência -, no contexto familiar em que os filhos são vitimizados constantemente e podem ter prejuízos, no que diz respeito à saúde mental no futuro, nos relacionamentos sociais do cotidiano e reprodução da violência por essas vítimas.

É preciso uma revisão de todo contexto social e aprofundamento em estudos, que apontem esses fatores de cuidado a saúde mental destes jovens como sendo importantes na formação indivíduo. Assim, como função de pesquisa, esse estudo vai relatar a importância de se inserir neste processo de desenvolvimento humano o apoio social da comunidade, a responsabilidade social desta, o papel da escola e dos próprios profissionais da psicologia em relatar, denunciar, notificar essa violência e oferecer suporte psicológico, se necessário, a quem precisar – no caso à vítima ou à família -, a fim da conscientização coletiva, uma vez que todos são responsáveis por essa problemática.

Saúde Mental

A saúde mental é uma parte integrante e essencial [da saúde] por possibilitar o manejo das emoções positivas e negativas do indivíduo, mantendo o equilíbrio das funções mentais, o que é essencial para um convívio social, sociocultural nas relações intelectuais, e participação para alcançar a qualidade de vida (WHO, 2014). A constituição da OMS afirma: “saúde é um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não apenas a mera ausência de doença ou enfermidade”. Uma implicação importante dessa definição é que a saúde mental é mais do que a ausência de transtornos mentais ou deficiências, trata-se de um estado de bem-estar no qual um indivíduo realiza as suas próprias habilidades, pode lidar com as tensões normais da vida, pode trabalhar de forma produtiva e é capaz de fazer contribuições à sua comunidade (OMS, 2016). Ademais, a saúde mental é de importância maior para a habilidade humana por viver no coletivo e individual, como seres humanos, ao pensar, emocionar, interagir uns com os outros e ganhar e aproveitar a vida.

Nem sempre, todavia, a saúde mental teve seu espaço de fala dentro do mundo globalizado. Desde muitos anos, uma pessoa que estava fora do padrão social - dito como “normal” - era considerada como doente mental e marginalizado pela sociedade. A primeira visão de doença mental é a criação de hospital psiquiátrico; isso numa tentativa de levar para

IMPACTOS DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

estes hospitais gerais o cuidado dos doentes mentais, mudando os centros do processo de capitalismo, uma forma de saneamento na cidade (Goffman, 1961).

A ideia de criar hospitais psiquiátricos teve como função reorganizar “o louco” dentro de um processo de institucionalização, ao privá-lo do contato social, para, então, torná-lo sujeito da razão novamente, sendo possível restabelecer a uma pessoa com padrões de condutas “corretas” e aceitas pela sociedade (Pereira & Vianna, 2009).

O processo de hospitalização psiquiátrica e de exclusão, no Brasil, ocorreu até o fim da década de 70. Nos últimos anos, com as políticas públicas de saúde mental e órgãos que regularizam esse cuidado evoluídos, novas formas são priorizadas, pontos como a cidadania, igualdade social e sofrimento psíquico. A Reforma Psiquiátrica Brasileira foi um marco importante para expandir o conceito do que é saúde mental, e, como solução, desfazer o pensamento retrógrado da privação social do indivíduo com transtorno mental e levar à sociedade conhecimento sobre o assunto, desfazendo crenças rígidas.

Atualmente, múltiplos fatores sociais, psicológicos e biológicos determinam o nível de saúde mental de uma pessoa. Uma saúde mental prejudicada também está conectada a rápidas mudanças sociais como, condições de trabalho estressantes, discriminação de gênero, exclusão social, estilo de vida não saudável, risco de violência, problemas físicos de saúde e violação dos direitos humanos dos indivíduos. Há, também, fatores psicológicos e de personalidade específicos que tornam as pessoas vulneráveis aos transtornos mentais. Por último, há algumas causas biológicas, incluindo fatores genéticos, que contribuem para desequilíbrios químicos no cérebro (OPAS, 2016).

A mudança de visão do que é saúde mental possibilitou um novo olhar para as problemáticas da sociedade através de pesquisas científicas sobre os transtornos mentais e suas origens no Brasil, sendo possível, posteriormente, a construção de uma análise crítica para que se possa assimilar que as contingências deste ambiente social-familiar e o fator da violência intrafamiliar são determinantes no contexto do desenvolvimento da saúde mental da criança e do adolescente. Desse modo, a promoção da saúde mental envolve ações para criar maneiras de vida e ambientes que apoiem e permitam às pessoas adotarem e manterem estilos de vida saudáveis e, seguramente, respeitarem e protegerem os direitos básicos civis, políticos, socioeconômicos e culturais destas.

Ambiente Vulnerável

Na psicologia, ao longo do desenvolvimento humano, estuda-se os processos sistemáticos de mudança e estabilidade que ocorrem nas pessoas. Os cientistas da Psicologia

IMPACTOS DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

do Desenvolvimento Humano observam os aspectos das transformações físico-motoras, intelectuais, afetivo-emocionais e sociais desde a concepção do bebê, ao nascimento, até à maturidade na idade adulta, juntamente com as características que permanecem razoavelmente estáveis (Papalia, 2013). Para a promoção da saúde da criança e adolescência, é indispensável a compreensão das peculiaridades como, também, condições ambientais favoráveis para o crescimento saudável destes. O entendimento dos cuidadores, sejam eles: pais, avós, tios ou responsáveis, sobre as características e necessidades próprias da infância, decorrentes deste processo de aprendizagem, favorece o desenvolvimento integral, pois estes cuidados diários ampliam espaços de promoção à saúde mental (Melo, 2014).

Nesse sentido, os estudos mostram que a segunda fase da infância, de 6 a 11 anos, é uma etapa muito importante para que as crianças comecem elaborar a própria existência no mundo. É nesta fase que estas começam a pensar com logicidade. Concretamente, porém, as habilidades de memória e linguagem aumentam e passam a ter ganhos cognitivos que auxiliam a criança na instrução formal da escola. Certas crianças demonstram carências educacionais e aptidões particulares no desenvolvimento cognitivo. Já no desenvolvimento psicossocial, na mesma faixa etária, é notada a formação de autoconceito que se torna mais rígido, afetando a autoestima, e essa correlação reflete uma mudança gradativa no controle dos pais para a criança, e os colegas passam a ter uma importância fundamental (Papalia, 2013).

A partir dos 11 anos, aproximadamente, a 20 anos, no desenvolvimento cognitivo, a criança passa à adolescência. Neste mundo novo, o adolescente tende a evoluir a prática de pensar em termos abstratos e usar o raciocínio científico, contudo o pensamento imaturo persiste em algumas atitudes e comportamentos. A educação na adolescência se reúne na preparação para a faculdade ou para a profissão. No desenvolvimento psicossocial, os adolescentes buscam pela identidade pessoal de quais são seus valores e quais direções que desejam seguir pela vida, incluindo a identidade sexual, esta que se torna o ponto central de atenção do adolescente. Por fim, quanto ao relacionamento com os pais, este relacionamento geralmente é bom e os amigos podem exercer influência positiva ou negativa (Papalia 2013).

Em ambientes saudáveis, todas essas fases são formadas num processo gradual, e as próprias crianças e adolescentes conseguem dar significado às descobertas. Os cuidadores, neste contexto, têm papel primordial em flexibilizar o desenvolvimento afetivo-emocional nessas etapas, de maneira conjunta e recíproca, oferecendo segurança e proteção dos jovens vítimas dessa violência doméstica.

Da infância até a adolescência, o ambiente familiar é o meio natural e simbólico para se desenvolver as potencialidades que cada fase exige; e as crianças, por sua vez, fazem exigências

IMPACTOS DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

a este meio para que recebam este cuidado desde quando nascem. Desta forma, é preciso retomar a ideia de que cada uma das experiências vividas pelos menores terá sua parte na escrita dessa história. Bandura sugere que o impulso para o desenvolvimento social de aprendizagem é bidirecional. O autor deu nome a esse conceito de determinismo recíproco – a pessoa age sobre o mundo na medida em que o mundo age sobre a pessoa (Bandura, 1963).

A teoria da Aprendizagem Social Clássica defende que uma pessoa aprende o comportamento social apropriado principalmente observando e imitando modelos; isto é, observando outras pessoas, como os pais, os professores ou os heróis dos esportes. Esse processo é chamado de aprendizagem observacional ou modelamento. A repetição de modelos é o elemento mais importante para a criança aprender uma língua, lidar com a agressão, desenvolver um senso moral e aprender os comportamentos apropriados de gênero (Bandura, 1963).

A família é, e sempre será, o primeiro referencial na vida de uma criança, visto que quando esta chega à escola, já traz consigo uma bagagem de aprendizado e de conceito social que adquiriu neste meio familiar e que são expressos no contexto escolar através dos colegas e professores. Partindo desse contexto, é percebido o quanto o ambiente familiar saudável é essencial para a vida de um sujeito que participa e assiste a este mundo em que vive, não só no futuro como adultos, mas também imediatamente poderá vir a repetir tudo o que foi aprendido enquanto família e interação social. Logo, um ambiente familiar violento, igualmente, terá a mesma consequência na mesma proporção de vitimização.

As pessoas tendem a desprezar as consequências da violência doméstica infanto juvenil, ao elaborar uma crença errônea de que o impacto nesses indivíduos é temporário e desaparecerá no decorrer do desenvolvimento humano. Os efeitos que o trauma na infância, porém, pode causar nas vítimas devem ser reconhecidos e melhor explorados pela sociedade, apesar de os traumas naquelas não aparecerem de imediato.

As manifestações psicológicas em um indivíduo que passa por violência intrafamiliar, são espantosas. Nos danos imediatos, a criança tem a possibilidade de ter pesadelos repetitivos, ansiedade, raiva, culpa, vergonha, medo do agressor e de pessoas do sexo posto, quadros fóbico-ansiosos e depressivos agudos, também poderá surgir queixas psicossomáticas, isolamento social e sentimentos de estigmatização. Quanto aos danos tardios, embora tenha poucos estudos sobre os efeitos psicológicos a longo prazo na população em geral, o aumento ainda é significativo na incidência de transtornos psiquiátricos, dissociação afetiva, pensamentos invasivos, ideação suicida e fobias mais agudas, níveis intensos de ansiedade, medo, depressão, isolamento, raiva, hostilidade e culpa, cognição distorcida, tais como sensação crônica de perigo

IMPACTOS DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

e confusão psicológica, pensamento ilógico, imagens distorcidas do mundo e dificuldade de perceber a realidade, redução na compreensão de papéis complexos e dificuldade para resolver problemas interpessoais. Todos esses efeitos são apenas psicológicos, o que evidencia a gravidade do problema (Day, Telles, Zoratto, Azambuja, Machado, Silveira, & Blank, 2003).

Torna-se necessário a obrigatoriedade de cuidado psíquico e um olhar minucioso da sociedade nestas duas fases do desenvolvimento humano, de como as medidas protetivas asseguram estes jovens. O ECA é a principal forma de garantir a qualidade de vida dessa faixa etária, promover saúde e resguardar a criança e o adolescente, assim como os programas do governo nas escolas e ações da própria comunidade, como exemplos: apoio social, incentivos ao esporte entre outros.

Em outro viés, cabe mencionar neste estudo os efeitos positivos das redes de apoio que o jovem pode ter ao longo da formação de aprendizagem social entre os estímulos internos: atenção, concentração; estímulos externos: motivação, comportamento, pensamento. Visto que agrega valores na vida deste jovem e acaba por romper esse ciclo violento. Outro fator, é o trabalho de desenvolvimento da plasticidade cerebral na infância; pesquisas mostram claramente a necessidade de redefinir a natureza dessa plasticidade nas primeiras fases do desenvolvimento, atentando para as questões da resiliência e do risco. Graças a sua própria resiliência, um terço das crianças de risco, estudadas por Emmy Werner e colaboradores, tornaram-se adultos autoconfiantes e bem-sucedidos (Ferrari, Toyoda, Faleiros, & Cerutti, 2001).

Na infância e na adolescência, os maus tratos podem interferir no desenvolvimento físico, cognitivo, emocional e social, e os efeitos podem continuar na idade adulta. Muitas crianças maltratadas, entretanto, demonstram uma notável resiliência. As intervenções positivas, ou intervenções protetoras, também oferecem uma proposta de trabalho inovadora àquelas que visam promover resiliência, interações de bons tratos, bem-estar subjetivo e coletivo de comunidades em situações de risco pessoal e social; ademais, possibilitam cultivar nestes indivíduos expressões de resiliência. Assim, transcendem as intervenções tradicionais, pois objetivam “aliviar o sofrimento” (Seligman, Steen, Park & Peterson, 2005).

No que tange às singularidades conceituais da resiliência, há um consenso de que o fenômeno se refira a um conjunto de processos de vida que possibilite o enfrentamento e a superação de etapas de sofrimento. Para Yunes, resiliência não explica apenas a superação, mas também o consequente desenvolvimento positivo e fortalecimento individual ou coletivo que decorre de múltiplas aprendizagens, inovações e transformações pessoais e contextuais. Portanto, resiliência contrapõe-se à noção de que pessoas ou grupos passam por sofrimentos de

IMPACTOS DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

forma passiva e inabalável, como sugere os termos precursores: invulnerabilidade ou invencibilidade (Yunes et al., 2018). A prevenção ou a eliminação de ambientes tóxicos a crianças e adolescentes exige esforços múltiplos e coordenados da comunidade a fim de minimizar a crescente violência no ambiente onde esses menores vivem.

No contexto da psicologia, é importante ressaltar o comprometimento dos profissionais em notificar casos de violência intrafamiliar e incentivo a esta ação. O propósito dessa notificação é possibilitar um sistema de registro que contenha informações fidedignas desse contexto de violência contra as crianças e os adolescentes no Brasil. Após a prática constante da notificação desses casos, esta poderá proporcionar por parte da justiça a facilidade na investigação, para posteriormente a obtenção de atendimento intersetorial, interdisciplinar e especializado. Portanto, colaborar para tencionar a cumprir a responsabilidade de proteção social integral da criança e do adolescente é de extrema importância (Ferraz & Wünsch, 2016).

De acordo com nota técnica do CRP-09 001/2019, é orientado as(aos) psicólogas(os) preceitos éticos e técnicos para atuar em situações de violência, encaminhamentos e legislação profissional. Esta nota também traz que, para violência extrafamiliar/comunitária, a notificação individual é obrigatória somente nos casos em que as vítimas são crianças, adolescentes, mulheres, pessoas idosas, pessoas com deficiência, indígenas e população Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais ou Transgêneros, *Queer*, Intersexo, Assexual (LGBTQIA+) (BRASIL, 2016). Portanto, há de se compreender a responsabilidade social das(os) psicólogas(os) na atuação profissional. O CRP 09 visa contribuir para que a Psicologia seja exercida de maneira ética, competente e compromissada com a dignidade, liberdade e integridade do ser humano (CRP, 2019).

Diante do exposto, este estudo tem como objetivo geral identificar na literatura os estudos sobre o impacto da violência doméstica na vida de crianças e adolescentes a curto e a longo prazo. Para contribuir com o esclarecimento do objetivo geral, os objetivos específicos visam:

- a Descrever de que forma a psicologia tem contribuído e poderá contribuir acerca dessa temática.
- a Verificar os principais prejuízos relatados após situações de violência doméstica relacionados à saúde física e mental desses jovens;
- a Analisar se há uma naturalização da violência no âmbito familiar, ou seja, permissão social, apurando a hipótese de reprodução de comportamento;
- a Descrever medidas protetivas e possibilidade de enfrentamento pelos profissionais da psicologia.

IMPACTOS DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Método

A fim de que o objetivo proposto seja alcançado, foi executada uma busca pelo portal CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) - o Portal de Periódicos - com os seguintes descritores: “Violência doméstica” *and* “Infanto-juvenil”.

Trata-se de uma revisão bibliográfica de estudos realizados em contexto brasileiro indexados em todas as áreas disponibilizadas no portal CAPES.

A busca feita sobre os temas “Violência doméstica” *and* “Infanto-juvenil” no contexto brasileiro foi feita em setembro de 2020, no portal CAPES. O Portal de Periódicos da CAPES é uma biblioteca virtual que reúne e disponibiliza o melhor da produção científica internacional a instituições de ensino e pesquisa no Brasil. O Portal conta atualmente com um acervo de mais de 45 mil periódicos com texto completo, 130 bases referenciais, 12 bases dedicadas exclusivamente a patentes, além de livros, enciclopédias e obras de referência, normas técnicas, estatísticas e conteúdo audiovisual. Possuem acesso livre e gratuito ao conteúdo do Portal de Periódicos, professores, pesquisadores, alunos e funcionários vinculados às instituições participantes. O Portal é acessado por meio de terminais ligados à internet e localizados nessas instituições ou por elas autorizados.

Foram usados como critérios de inclusão de pesquisa: artigos publicados em língua portuguesa, sendo artigos empíricos e teórico com população brasileira de crianças e adolescentes entre 0 a 24 anos. Artigos disponíveis no portal CAPES e SciELO (Scientific Electronic Library Online). Para critérios de exclusão, foram designados artigos que se apresentam relacionados a outras áreas de pesquisa que não a violência na infância e adolescência, apoio aos pais, intervenções com políticas públicas ou, ainda, abranger uma população específica (instituições, abrigos, comunidades).

Resultados

A busca no portal CAPES foi realizada, inicialmente, utilizando os descritores: “Violência *and* Adolescentes”, tendo sido encontrado 2177 registros nos últimos dez anos, inserido o filtro “idioma: Português” os resultados foram reduzidos para 900 registros. Não foi dado continuidade pelos estudos exibidos englobarem conteúdos bastante diversificados, servindo de pouca valia para o trabalho executado. Posteriormente, os descritores foram modificados para os termos “Maus-tratos” *and* “Infanto-juvenil”, nos quais apenas quatro registros foram encontrados, sendo excluídos devido pouca abrangência de resultados.

Os descritores, por fim utilizados, foram extraídos a partir de uma pesquisa no portal de Descritores em Ciências da Saúde (DeCS) O DeCS, acrônimo de Descritores em Ciências da

IMPACTOS DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Saúde, é o vocabulário controlado que usa descritores para a indexação de artigos científicos e outros documentos da área biomédica. Fazendo-se uma analogia, a indexação consiste na atribuição de “etiquetas” a documentos, o que permite a recuperação destes documentos em banco de dados. Os descritores seriam essas etiquetas.

Só então, buscando os descritores: “Violência doméstica” *and* “Infanto-juvenil”, que foi possível obter 60 registros no portal CAPES. Adicionados os seguintes filtros: Os últimos 10 anos, idioma português levou o total de 35 registros. Sendo excluídos 29 estudos com temas irrelevantes a pesquisa. O fluxograma do processo de seleção está apresentado na Figura 1.

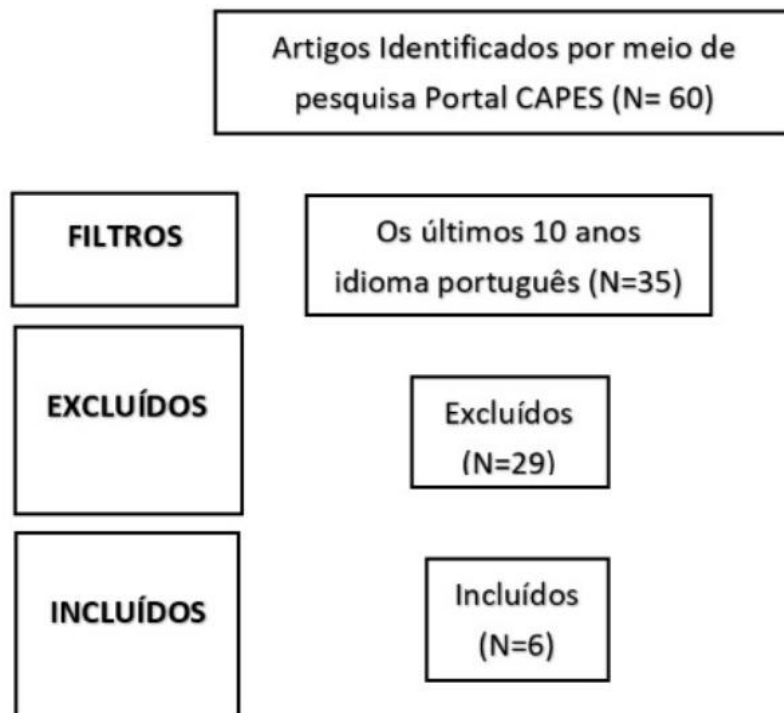


Figura 1. Fluxo de seleção de artigos

Foram incluídos na pesquisa apenas 06 estudos com população de crianças e adolescentes os quais vivenciaram um contexto de violência no ambiente familiar. Após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, foi possível filtrar seis artigos que atenderam os critérios de inclusão, como mostra na Tabela 1.

Tabela 1.

Descrição dos artigos incluídos

Título	Autores
1. Violência doméstica e risco para problemas de saúde mental em crianças e adolescentes.	Hildebrand, Natália Amaral, Celeri, Eloisa Helena Rubello Valler,

IMPACTOS DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

	Morcillo, André Moreno, & Zanolli, Maria de Lurdes. (2015).
2. As Estratégias da Saúde da Família no enfrentamento das violências envolvendo adolescentes.	Vieira Netto, Moysés Francisco, & Deslandes, Suelly Ferreira. (2016).
3. Violência infantil: uma análise das notificações compulsórias, Brasil 2011.	Rates, Susana Maria Moreira, Melo, Elza Machado de, Mascarenhas, Márcio Dênis Medeiros, & Malta, Deborah Carvalho. (2015).
4. Fatores associados aos episódios de agressão familiar entre adolescentes, resultados da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE)	Malta, Deborah Carvalho, Antunes, Juliana Teixeira, Prado, Rogério Ruscitto do, Assunção, Ada Ávila, & Freitas, Maria Imaculada de. (2019).
5. Promoção dos direitos da criança e prevenção de maus tratos infantis.	Ferreira, Cleiciara Lúcia Silva, Côrtes, Maria Conceição J. Werneck, & Gontijo, Eliane Dias. (2019).
6. Da Proteção ao Risco: Configurações da Violência Intrafamiliar na Juventude Paraense.	Maia, Rosely Cardoso, Nunes, Tatiene Germando Reis, Silva, Lucia Isabel da Conceição, & Silva, Kátia Mesquisa da. (2017).

Os seis estudos incluídos nesta revisão foram publicados nos anos de 2015, dois artigos; nos anos de 2016 e 2017, apenas um; em 2019, dois artigos. Todos de origem do Brasil, das regiões Sudeste, Sul e Norte. Quanto ao tipo de estudo, foram identificados dois estudos de delineamento transversal descritivo e analítico e três análises de dados.

O primeiro estudo de Hildebrand e colaboradores (2015) traz uma análise da literatura a demonstrar que sofrer violência doméstica na infância e adolescência é um risco para o desenvolvimento das psicopatologias. Neste estudo, foi realizada uma avaliação dos possíveis problemas de saúde mental em crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica, atendidos em Serviços Especializados de Referência, com o objetivo de determinar a sua prevalência, realizar a caracterização da população estudada e analisar fatores de risco e de proteção para o desenvolvimento das psicopatologias nesses sujeitos. Participaram deste estudo de delineamento transversal descritivo e analítico, realizado nos anos de 2010 e 2011, 252

IMPACTOS DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica, atendidos em Serviços Especializados conveniados ao Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) de um município brasileiro. Para coleta dos dados, foi utilizado o “Questionário de Capacidades e Dificuldades” (SDQ), na versão brasileira validada (Fleitlich-Bilyk & Goodman, 2004), do Strengths and Difficulties Questionnaire (R. Goodman, 1997, 2001). Os resultados encontrados nesta pesquisa foram considerados elevados, se comparado a população geral, sendo a violência doméstica observada como fator de risco para problemas de saúde mental nas crianças e adolescentes estudados. Não foram encontrados fatores de proteção efetivos, principalmente relacionados à rede de proteção.

O estudo de Rates e colaboradores (2015) realizou uma análise descritiva-analítica, baseado nas notificações de violência em crianças na faixa etária entre 0 e 9 anos, ocorridas no Brasil, no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2011. A base de dados foi produzida a partir do preenchimento da ficha de notificação “Violência doméstica, sexual e/ou outras violências”, disponível no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN NET). Sendo selecionado essas notificações como variáveis para avaliação, características demográficas, moradia da ocorrência de violência, característica do agressor e evolução do caso e encaminhamento no setor de saúde. Este estudo busca compreender a violência contra a criança e adolescente segundo os tipos e determinantes daquela, contribuindo com ações de proteção às vítimas. A maior frequência das violências foi no ambiente doméstico, em meninas, sendo os pais os agressores mais frequentes.

A violência se caracterizou por constantes repetições, sendo o uso de bebidas alcoólicas pelo agressor relatado em um quarto (1/4) dos casos. A negligência física, educacional e emocional foi o tipo de violência mais notificado, seguida pela física, sexual e a psicológica. A negligência e a violência física têm maior chance de ocorrer em meninos; e a sexual e psicológica, em meninas. A subnotificação e a discrepância de informações sobre violência contra criança constituem problemas em várias partes do mundo, e os resultados dessa pesquisa tiveram como relevância a necessidade do fortalecimento de ações intersetoriais visando ampliar a rede de proteção social.

Em seguida, foi encontrado outro estudo de Netto e Desandes (2016) que ressalta a temática da Estratégia Saúde da Família (ESF), no qual apresenta reconhecido potencial para a promoção da saúde e a prevenção contra as violências. É um estudo que trata de revisão bibliográfica integrativa com o objetivo de avaliar a atuação dos profissionais da ESF no enfrentamento e prevenção das violências envolvendo adolescentes. O acervo foi de 17 dissertações e 02 teses da área da saúde, entre 1994 e 2014 e evidencia que são recentes os

IMPACTOS DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

estudos sobre o tema. Utilizou-se o Banco de Teses da Biblioteca Virtual do CAPES <<http://capesdw.capes.gov.br/capesdw>>, tendo como critério de busca os descritores: violência, agressão, adolescente, Saúde da Família (SF), Programa Saúde da Família (PSF) e Estratégia Saúde da Família (ESF). Após o levantamento de dados, é percebida a pouca valorização dos profissionais da saúde para a faixa etária infanto-juvenil, visto que o modelo médico técnico assistencial ainda predomina nas comunidades. As deficiências do ensino de Saúde Coletiva na formação dos profissionais e a falta de respaldo institucional são apontadas como entraves. Muitos desses profissionais desconhecem a ficha de notificação das violências. A violência familiar e a de grupos criminosos foram as mais citadas como presentes nos territórios. Verifica-se a reprodução da representação social do adolescente como “problemático” e a ausência de ações da ESF que promovam o protagonismo juvenil e o seu empoderamento.

Nesse estudo de Maia e colaboradores (2017), foi investigada a violência intrafamiliar como sendo um fator de risco no desenvolvimento dos menores, averiguando quem são os principais agressores e os tipos de violência aplicada. Os participantes, jovens, de 13 a 24 anos, (658), feminino e masculino, cursando entre a 7ª série do Ensino Fundamental e o 3º ano do Ensino Médio, em 10 escolas públicas de Belém. As violências mais identificadas: verbais e físicas. Entre os principais perpetradores da violência física: os pais e as mães; violência psicológicas: madrastas e avós; e, da categoria violência sexual: os padrastos e outros. Os resultados apontaram para compreensão da dinâmica familiar juntamente para a proposição de políticas públicas de proteção às famílias.

O seguinte estudo de Ferreira, Côrtes e Gontijo (2019) se trata de um estudo de corte retrospectiva em que se buscou caracterizar o perfil das crianças que sofreram violência doméstica e de seus agressores, avaliando a efetividade das intervenções judiciais. Foram analisados 98 processos da Vara da Infância e Juventude, abrangendo 179 crianças e 121 agressores. As violações mais frequentes foram: negligência/abandono e violência física. Sendo a mãe a principal agressora; esta mãe tem uma renda mensal de até um salário mínimo, histórico de uso de álcool, que se mostraram associados à violência. Foram obtidos resultados em que 71% das vítimas eram matriculadas em instituições de ensino; 25% das vítimas com grave situação de violência foram afastadas da família. Um terço dos menores (1/3) foram incluídos em programas de apoio, com orientação e acompanhamento à família. A intervenção judicial garantiu 93% de interrupção da violência em até dois anos, porém o tempo permanece longo devido ao risco a que a criança tem de ser revitimizada.

IMPACTOS DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Esse estudo de Malta e colaboradores (2019) utilizou dados da Pesquisa Nacional de Saúde dos Escolares, 2015, e calculou a prevalência de sofrer agressão física por familiares. Operando a análise bivariada, calculando-se os Odds Ratios (ORs) não ajustados, em conclusão, foi realizada a regressão multivariada. A agressão familiar foi referida por 14,5%, sendo do sexo feminino, raça-cor preta, amarela, parda; mães sem nível superior de escolaridade; adolescente que trabalham. No contexto familiar, há uma escassez de compreensão por parte dos pais e interferência na privacidade dos adolescentes, sendo também apresentados relatos de falta de aulas. Dentre os comportamentos dos adolescentes, surgiram uso de substâncias ilícitas e lícitas, relação sexual precoce, relato de solidão, insônia e *bullying*.

Discussão

Os objetivos deste trabalho foram analisar, através de uma revisão bibliográfica, o que os estudos têm discutido sobre o impacto da violência na infância e adolescência ao longo do desenvolvimento destes. A fim de investigar quais os profissionais estão envolvidos neste contexto, há participação da psicologia e de como esses estudos apresentam formas de enfrentamento para solucionar essa problemática.

A partir da análise bibliográfica dos trabalhos citados anteriormente, foi possível perceber que todos os artigos trazem a relação do impacto da violência ao longo do desenvolvimento da infância e adolescência a curto e longo prazo. Os resultados indicaram algumas consistências em relação à literatura referenciada; entre estes, o que aponta a família como principal meio natural e simbólico de construção do indivíduo e modulação do comportamento.

Papalia (2013) escreve que para a promoção da saúde da criança e do adolescente acontecer, tem a compreensão de suas peculiaridades, ambiente favorável e apoio social como fatores indispensáveis. Visto que, ao longo do desenvolvimento humano, estes processos são necessários para a formação do indivíduo que, quando modificados, refletem negativamente. Bandura (1963) montou um importante estudo sobre esta teoria, na qual o ambiente familiar é o meio natural e simbólico para se desenvolver as potencialidades e o que cada fase exige, sendo possível identificar estes pontos através dos estudos.

Percebeu-se que sofrer violência intrafamiliar na infância e adolescência é um risco e também gatilho para desencadear traumas e revoltas. A violência de cunho intrafamiliar, com frequência, vem acompanhada de consequências caóticas que refletem no bem-estar desses jovens e problemas psicológicos, seja imediato ou a longo prazo (Day *et al.*, 2003). Ademais, sinalizam escassez na atuação de enfrentamento, prevenção no que diz respeito ao risco infanto-

IMPACTOS DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

juvenil, juntamente com a vulnerabilidade a que esses menores estão suscetíveis cotidianamente, o que gera prejuízos no desenvolvimento biopsicossocial.

Outro fator em comum é a naturalização da violência e aceitabilidade social por parte das vítimas e seus agressores, visto que a temática abordada neste estudo está inserida na cultura brasileira com finalidade educativa. Os pais aparecem como os principais perpetradores da violência intrafamiliar e reafirma o que esse estudo vem salientando, a central rede de apoio que deveria estar protegendo a vida, a saúde e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência, na realidade é um ambiente tóxico (Ferraz & Wunsch, 2016).

Destaca-se também, entre os artigos pesquisados, um ponto importante desta temática que são as medidas protetivas e estratégias metodológicas efetivas de enfrentamento (Seligman *et al.*, 2005), uma vez que se ressalta a violência como fator apenas social com foco de intervenção ligados a políticas públicas, instituições sociais e de saúde. Pouco se fala, no entanto, de fatores de proteção como promoção da resiliência, desenvolvimento de habilidades e capacidade do indivíduo desenvolver respostas saudáveis à violência doméstica e às suas consequências, o que mais uma vez se configura num modelo institucionalizado.

Entre os eixos que se divergem nas pesquisas, foram levantados os dados dos principais agressores. Os artigos de Hildebrand e colaboradores (2015), Netto e Desandes (2016), Ferreira, Côrtes e Gontijo (2019) citam como fator de risco a figura paterna, sendo este responsável pela ocorrência de violências física, psicológica, sexual, negligência e abandono. Os artigos de Rates e colaboradores (2015) e Maia e colaboradores (2017), entretanto, se mostram contrários sob esta percepção com dados no qual a mãe é a perpetuadora da violência, devido a condição de maior contato e tempo com os filhos.

Conclusão

O cenário de violência intrafamiliar se configura, desde o período pré-civilizatório, a desconstruir a ideia de naturalização da violência no ambiente familiar, exige uma conscientização e compromisso de toda a sociedade frente às balbúrdias e iniquidades do mundo contemporâneo. Ao se falar de direitos da infância e adolescência, há várias declarações e constituições que os asseguram. Garantir a eficácia e universalização desses direitos, porém, é uma busca e dever de toda a população, em que movimentos sociais, políticas públicas e profissionais ligados à área lutam por esta causa.

Neste sentido, a revisão bibliográfica do referente estudo de violência doméstica vivenciada pelas crianças e adolescentes, evidencia o que é um fator de risco significativo para as possibilidades de problemas de saúde mental na infância e juventude. Embora as pesquisas

IMPACTOS DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

neste campo ainda sejam vagas, apesar dos dados estatísticos preocupantes sobre o tema, a maioria dos estudos se preocupou em descrever os tipos de violência sofridas por estas vítimas e como este ambiente adoecido afeta no desenvolvimento dessas vítimas, o que assume prejuízos futuros.

A naturalização da violência, advindas de um aspecto transcultural nas relações estabelecidas entre a estrutura familiar, é influenciada diretamente pelo ambiente e contexto de cada membro, bem como a dinâmica que se articula entre estes. A ausência de fatores protetivos, além dos fatores externos, como nível socioeconômico, situação trabalhista do responsável, dificulta o desenvolvimento destes jovens.

Nesta perspectiva, a precisão do apoio dos familiares e o cuidado às crianças e adolescentes estão ligados à forma de como o sistema familiar se estrutura, juntamente com as circunstâncias na qual esta vivencia. Sendo assim, a maneira com que a família maneja esse processo com os menores influencia no seu desenvolvimento (Bronfenbrenner, 1996).

É necessário trabalhar, contudo, intervenções de políticas públicas e sociais, como também dos profissionais dentro destes ambientes intrafamiliares e colocar em evidência a necessidade destes profissionais, sejam estes da psicologia ou demais áreas, notificar casos de violência, pautados no código de ética vigente da área. Por outro lado, focar em medidas protetivas dentro das possibilidades que estes jovens ainda têm preservados são pontos cruciais para a modificação desta realidade.

Neste viés, desenvolver habilidades sociais e as suas potencialidades criativas, características desta faixa etária, podem propiciar mudanças de posturas do pensar e do agir com responsabilidade social, a fim de ser favorecidos, positivamente, dentro das relações comunitárias e promoção da cultura de resiliência e paz.

Durante o desenvolvimento da pesquisa, foi possível identificar resultados positivos referente ao objetivo inicial, visto que a violência foi apresentada pelos artigos como possível fator de risco ao longo da vida destes jovens. A pesquisa, no entanto, tomou outra dimensão no que consiste a metodologia, passando de uma revisão sistemática para bibliográfica; embora a limitação de prazo foi uma problemática para a investigação de dados mais precisos. Por outro lado, notou-se uma fonte reduzida de dados sobre o assunto, sendo pouco explorado por toda a população brasileira e por profissionais da psicologia.

Por fim, faz-se necessário que os estudos futuros destaquem as formas de intervenções criativas e eficazes a fim de acessar estas famílias, principalmente as crianças e adolescentes em situações de vulnerabilidade social. Portanto, os profissionais da psicologia devem também

IMPACTOS DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

desenvolver, de forma prática e científica, conteúdos acessíveis sobre essa temática de suma importância para a sociedade.

Referências

- Bandura, A., & Walters, R. H. (1963). *Social learning and personality development*
- Brasil. [Estatuto da criança e do adolescente (1990)]. Estatuto da criança e do adolescente: lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990, e legislação correlata [recurso eletrônico]. – 9. ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2010. 207 p. – (Série legislação; n. 83)
- Brasil. 16 de maio de 2018. *Orientações para notificação e atendimento*. Ministério da Saúde. Recuperado de <http://portalms.saude.gov.br/vigilanciaem-saude/vigilancia-de-violencias-e-acidentes-viva/vigilancia-deviolencias/orientacoes-para-notificacao-e-atendimento>.
- Bronfenbrenner, U. (1996). *A ecologia do desenvolvimento humano* (Vol. 80). Porto Alegre: Artes Médicas.
- Day, V. P., Telles, L. E. D. B., Zoratto, P. H., Azambuja, M. R. F. D., Machado, D. A., Silveira, M. B., & Blank, P. (2003). *Violência doméstica e suas diferentes manifestações*. Revista de psiquiatria do Rio Grande do Sul, 25, 9-21.
- Faria, Margareth Regina Gomes Veríssimo de. F224 *Polivitimização e revitimização em adolescentes* / Margareth Regina Gomes Veríssimo de Faria – Goiânia, 2015. 95 f.; 30 cm.
- Ferrari, E. A., Toyoda, M. S. S., Faleiros, L., & Cerutti, S. M. (2001). Neural plasticity: relations with behavior and experimental approaches. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 17(2), 187-194.
- Ferraz, L. F., & Wünsch, D. S. (2016). *A violência contra crianças e adolescentes e a notificação compulsória, no âmbito da saúde, como mecanismo de proteção social*. Boletim da saúde. Porto Alegre. Vol. 25, n. 2 (jul./dez. 2016), p. 63-75.
- Ferreira, C. L. S., Côrtes, M. C. J. W., & Gontijo, E. D. (2019). Promoção dos direitos da criança e prevenção de maus tratos infantis. *Ciência & Saúde Coletiva*, 24, 3997-4008.
- Goffman, E. (1961). *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva
- Hildebrand, N. A., Celeri, E. H. R. V., Morcillo, A. M., & Zanolli, M. D. L. (2015). Violência doméstica e risco para problemas de saúde mental em crianças e adolescentes. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 28(2), 213-221.
- Índice de Homicídios na Adolescência: IHA 2014. organizadores: Dorian Luis Borges de Melo, Ignácio Cano - Rio de Janeiro. Observatório de Favelas, 2017. 108p. II (mapas e gráficos); 18cm
- Krug EG et al., eds. World Health Organization. (2002) *World report on violence and health*. Geneva.

IMPACTOS DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

- Machado, J. A., & Sanches, M. A. (2014). A Gênese da Violência Infantil. *Caderno teológico da PUC, Curitiba* 02(1), 173-189.
- Maia, R. C., Nunes, T. G. R., Silva, L. I. D. C., & Silva, K. M. D. (2017). Da proteção ao risco: configurações da violência intrafamiliar na juventude paraense. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 33.
- Malta, D. C., Antunes, J. T., Prado, R. R. D., Assunção, A. Á., & Freitas, M. I. D. (2019). Fatores associados aos episódios de agressão familiar entre adolescentes, resultados da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE). *Ciência & Saúde Coletiva*, 24, 1287-1298.
- Margarido, A., Próspero, E. N. S., & Grillo, L. P. (2017). *Violência doméstica contra crianças e adolescentes: Formação e conhecimento dos médicos*. *Psicologia Argumento*, 31(74).
- Nunes, A. J., & Sales, M. C. V. (2016). *Violência contra crianças no cenário brasileiro*. *Ciencia & saude coletiva*, 21, 871-880.
- Organização Pan-Americana da Saúde. (2016, outubro 16). *Apoio governos no objetivo de fortalecer e promover a saúde mental da população*. Recuperado de https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=5263:opas-oms-apoia-governos-no-objetivo-de-fortalecer-e-promover-a-saude-mental-da-populacao&Itemid=839
- Papalia, Diane E.; Feldman & Ruth D. (Orgs). (2013). *Desenvolvimento Humano* (12ª ed.) Porto Alegre: AMGH Editora.
- Pereira, A. A., Vianna & Paula, C. M. (2009). *Saúde Mental*. Nescon – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil. Coopmed.
- Pinto Junior, A. A., Cassepp-Borges, V., & Santos, J. G. D. (2015). *Caracterização da violência doméstica contra crianças e adolescentes e as estratégias interventivas em um município do Estado do Rio de Janeiro*, Brasil. *Cadernos Saúde Coletiva*, 23(2), 124-131.
- Ramos, P. K. B. (2016). *A importância da família no processo de desenvolvimento da criança na educação infantil*.
- Rates, S. M. M., Melo, E. M. D., Mascarenhas, M. D. M., & Malta, D. C. (2015). Violência infantil: uma análise das notificações compulsórias, Brasil 2011. *Ciência & Saúde Coletiva*, 20, 655-665.
- Seligman, M. E., Steen, T. A., Park, N., & Peterson, C. (2005). Positive psychology progress: empirical validation of interventions. *American psychologist*, 60(5), 410. Souza, E.R., Jorge, M. H. P. M., (2006) *Impacto da violência na infância e adolescência brasileiras: magnitude da morbimortalidade*. *Violência faz mal a saúde*. Brasília, DF.p. 23-8.
- Toledo, L. M., org. (2013). *Violência: orientações para profissionais da atenção básica de saúde*. ENSP/FIOCRUZ, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. ISBN.
- United Nations Children’s Fund. (2017). *A Familiar Face: Violence in the lives of children*

IMPACTOS DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

and adolescents.

Vieira Netto, M. F., & Deslandes, S. F. (2016). As Estratégias da Saúde da Família no enfrentamento das violências envolvendo adolescentes. *Ciência & Saúde Coletiva*, 21, 1583-1596.

Waiselfisz, J.J. (2016) Mapa da Violência 2016: *Homicídios por arma de fogo no Brasil*. Rio de Janeiro, RJ. FLACSO/CEBELA

Yunes, M. A. M., Fernandes, Grazielli; Weschenfelder, Gelson, V. (2018). *Intervenções psicoeducacionais positivas para promoção de resiliência: o profissional da educação como tutor de desenvolvimento e Educação* (Vols. 41, n.1) Rio Grande do Sul: Ed. PUCRS. pp. 83-92